

# **A Fronteira na Concepção da Geopolítica Brasileira: Entendendo a Origem dos Conflitos**

Sigrid Andersen (UFPR)

Socióloga, Especialista em Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e em Políticas Públicas Ambientais na América do Sul, Doutora em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade de Aberdeen, Escócia.

[sigandersen@netpar.com.br](mailto:sigandersen@netpar.com.br)

## **Resumo**

Esse artigo analisa o significado de “fronteira” para a geopolítica brasileira concebida desde a década de 20 e incorporada nas escolas, academias militares e nas Forças Armadas do país. Consideradas áreas de extrema vulnerabilidade e de “segurança nacional”, as fronteiras eram vistas como barreiras contra o avanço dos países vizinhos e, simultaneamente, como base para a expansão brasileira no interior do continente. Deveriam ser prioritariamente “vivificadas”. Aborda a influência da geopolítica das fronteiras na formulação de políticas territoriais no Brasil materializadas na Era Vargas e nos governos militares (1964-1985). O programa Calha Norte, na Amazônia, e a construção da hidrelétrica Itaipu Binacional, na região do Prata, são dois exemplos citados. Trata, ainda, da vigorosa oposição dos militares à criação de unidades de conservação e reservas indígenas em regiões de fronteira, dentre elas, a Reserva indígena Raposa/Serra do Sol. Conclui demonstrando que as políticas de caráter “defensivo e ofensivo” das fronteiras do Brasil têm deixado pouca margem à cooperação bi-nacional e internacional.

## **Palavras-chave**

Gestão Ambiental – Fronteiras – Geopolítica – Conflitos.

## Introdução

Para a geopolítica clássica, a fronteira sempre foi considerada um dos mais importantes elementos do Estado. Seu dinamismo, função e implicações políticas têm sido exaustivamente examinados através dos tempos por inúmeros autores e por diferentes escolas geopolíticas e geográficas. No Brasil, apesar da existência de civis nos estudos da geopolítica, este tema torna-se um assunto quase restrito aos círculos militares<sup>1</sup>. Nos anos 30, estudos geopolíticos foram incorporados na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), na Escola do Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), e na Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG torna-se o “cérebro” do pensamento geopolítico brasileiro durante várias décadas.

Até 1986, o pensamento geopolítico brasileiro era predominantemente baseado nas teorias clássicas da geopolítica com forte influência do alemão Friedrich Ratzel e sua concepção de Estado orgânico (1897). Formulada desde a década de 1920, a geopolítica brasileira era entendida como “a ciência que estuda o papel dos fatores geográficos no desenvolvimento da vida pública e dos Estados” (BACKHEUSER, 1926:9). Nesse contexto, o tema das fronteiras era altamente relevado devido à vastidão continental do país, assim como a organização interna do espaço brasileiro com vistas à unidade nacional e territorial.

Everardo Backheuser, primeiro estudioso que trouxe a geopolítica para o Brasil, considerava que as fronteiras refletiam o poder de um Estado. Constituíam a “epiderme do organismo estatal” e deveriam ser protegidas para a integridade física do Estado. Para ele, deveriam ser ocupadas por assentamentos humanos “cheios de vitalidade” e subordinadas ao governo central. As fronteiras enviariam “para o cérebro as impressões coletadas da sua epiderme”. Deixar as áreas de fronteira para a administração de autoridades locais era temerário, já que os locais “não expressam nenhuma sensibilidade em relação aos problemas nacionais” (BACKHEUSER, 1926: 32).

---

<sup>1</sup> Dentre os estudiosos que se dedicaram a estudar as fronteiras do Brasil destacam-se Everardo Beckheuser (1926), Delgado de Carvalho (1929, 1933), Capitão Mario Travassos (1931), José Carlos de Macedo Soares (1939), Hélio Viana (1956), Renato Mendonça (1967), Henrique da Rocha Correia (1967), General Golbery do Couto e Silva (1968), Teixeira Soares (1972), Terezinha de Casto e General Carlos de Meira Mattos nos anos 80 e 90.

O Capitão Mario Travassos, um dos expoentes da geopolítica brasileira e inspirador de estratégias, acreditava na necessidade de se estabelecer uma colonização massiva de brasileiros nas fronteiras do Prata. Objetivando a hegemonia do Brasil sobre o continente sul-americano, acreditava que, através da pressão demográfica, os colonizadores brasileiros não somente protegeriam as fronteiras nacionais, mas iriam, cedo ou tarde, expandir suas atividades econômicas para além, conquistando “pacificamente” o território dos países vizinhos. Era a idéia da fronteira como “linha em evolução” que poderia ser expandida ou retraída de acordo com a vontade e o poder político do Estado. Suas teorias constam no livro “A Projeção Continental do Brasil”, publicado em 1931.

Algumas idéias de Backheuser e Travassos foram bem recebidas por setores governamentais e colocadas em prática durante a presidência de Getúlio Vargas alterando, substancialmente, o cenário das fronteiras do Brasil. Princípios geopolíticos fundamentaram várias políticas territoriais, programas e ações do governo Vargas, tais como:

- (1) A criação da faixa de fronteira, uma zona de segurança ao longo das fronteiras do Brasil, considerada área indispensável à Segurança Nacional. Constituíam-se numa faixa interna de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Nessa faixa era vedada a propriedade e aquisição de imóvel por estrangeiros.
- (2) A criação de territórios federais em áreas de fronteira por questões de defesa da soberania nacional, com controle direto do governo central e do Conselho de Segurança Nacional. O Decreto Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1944, legalizava a medida: o território do Amapá foi desmembrado do Estado do Pará; o território do Rio Branco (hoje Acre) foi desmembrado do estado do Amazonas; o território de Rondônia foi desmembrado do Amazonas e Mato Grosso; o território de Ponta Porã foi desmembrado do Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul); e o território do Iguazu foi desmembrado do Paraná e Santa Catarina. Durante a II Guerra Mundial, por razões estratégicas, o arquipélago de Fernando de Noronha foi desmembrado de



União. A faixa de fronteira, com seus 150 km, confirmou-se na Constituição Federal de 1988. De acordo com o Capítulo II, artigo 20 da Constituição em vigor, as normas para a utilização desta faixa devem ser reguladas por lei federal de modo a defender o interesse e a soberania nacional.

### ***Fronteiras Vivas***

Não obstante as medidas legais tomadas para a nacionalização das fronteiras do Brasil nas décadas de 30 e 40, a idéia da maioria dos geopolíticos brasileiros sempre foi vivificá-las. Para Terezinha de Castro (1980), o papel das “fronteiras vivas”, além de fortalecer a posse territorial pela presença humana, era promover a “integração pelo envolvimento”. Teixeira Soares, chefe da Divisão Política e da Divisão de Fronteiras do Itamaraty durante dois mandatos presidenciais militares, acreditava na geopolítica como a ciência “ancilar da diplomacia” e concebia as fronteiras dentro da ótica da geopolítica clássica. No seu livro “As Fronteiras do Brasil”, publicado em 1972 - um completo tratado histórico da formação das fronteiras do país - Teixeira Soares revela aquilo que, durante muito tempo, constituiu a política externa do Brasil nessas áreas:

*“Se a fronteira é o resultado condicionante da política torna-se vital, então, conceber uma política de fronteiras. Esta política deve ser vigilante, previdente e construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, assim como importantes demográfica e economicamente (...). As fronteiras vivas são zonas de alta sensibilidade política. O contrário delas serão fronteiras mortas, ermas, desprotegidas, esquecidas. Fronteiras vivas serão sempre afirmações de um espírito forte de nacionalidade. Fronteiras mortas darão imagem pouco favorável a um país que não cuida de suas lindes como deveria cuidar, porque fronteiras protegidas e povoadas enaltecem o espírito de providência e de organização de um povo” (SOARES, 1972, p.15).*

O desafio gigantesco, apontado por Teixeira Soares, seria a integração a ser realizada nas fronteiras da Amazônia onde, segundo ele, as Forças Armadas brasileiras estavam ativamente presentes, confiantes e vigilantes, mas ainda desprovidas de apoio de retaguarda de uma população civil. Em suas palavras:

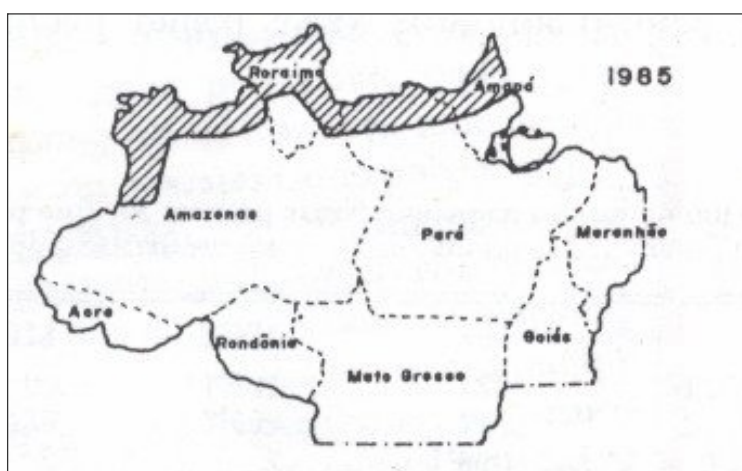
*“Esse é o drama que temos de enfrentar o quanto antes e, para enfrentá-lo, é preciso que o governo federal crie, ao longo das fronteiras, estruturas permanentes de colonização; e que os quartéis dos Destacamentos de Fronteiras sejam crisálidas de núcleos populacionais bem organizados, bem providos de resistência orgânica e perfeitamente aparelhados para se transformarem em futuras cidades. Essa é a FRONTEIRA VIVA”. (SOARES, 1972, p.170).*

A concepção das “fronteiras vivas” é novamente convertida em programas governamentais com a entrada dos governos militares no país (1964-1985), cujas grandes estratégias geopolíticas são moldadas com o auxílio de generais como Golbery do Couto e Silva e outros da Escola Superior de Guerra (ESG). O Projeto Calha Norte na região Amazônica e a construção da hidrelétrica de Itaipu, entre Paraguai e Brasil, converteram-se em duas materializações distintas de uma mesma concepção. A primeira, na região Amazônica, imbuía-se de cunho defensivo. A segunda, na região do Prata, mostrou-se claramente de caráter ofensivo.

### ***O Projeto Calha Norte***

O Projeto Calha Norte (“Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas”) foi concebido durante os governos militares, mas somente implantando no governo José Sarney, sob a coordenação do Ministério da Defesa. O objetivo manifesto do projeto era preencher o “vazio demográfico” da fronteira norte amazônica, na sua divisa com a Venezuela, as Guianas e o Peru, o que totalizava 6.500 km de extensão. A área do projeto abrangia aproximadamente 1.219.100 km<sup>2</sup>, envolvia 70 municípios, significava 14% do território nacional e 24% da Amazônia Brasileira (ver mapa a seguir).

### **Projeto Calha Norte**



FONTE: MACHADO, L. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. RJ, Editora Hucitec, 1998.

Nesse espaço territorial viviam 2.3 milhões de habitantes, dentre os quais vários povos indígenas. O Projeto Calha Norte foi justificado, ainda, em função de uma possível “internacionalização” da Amazônia, garantindo a soberania brasileira sobre a região, numa época em que as taxas de desmatamento da floresta aumentaram consideravelmente, resultado dos programas de colonização, levantando protestos internacionais. Para sua implantação, foram alegados vários motivos, como o contrabando de minerais e de drogas, e razões ideológicas como a instabilidade política dos países vizinhos e suas guerrilhas nas regiões de fronteira. Para Cavagnari (2000), entretanto, o receio da criação de parques ou reservas indígenas nessas áreas era o fator propulsor do projeto, na defesa da soberania nacional na Amazônia. Ali, existiam 84 terras indígenas<sup>3</sup> com aproximadamente 60.000 índios.

A ocupação dessa imensa região fronteira, que corresponde a grandes porções da maior e mais rica floresta tropical do mundo em termos de biodiversidade, foi feita pelas próprias Forças Armadas através de bases militares, rodovias e construção de redes de comunicação. Posteriormente, após grandes desmatamentos e ocupação de terras indígenas, foram construídas casas, escolas e postos de saúde para assistir aos colonizadores. Os assentamentos eram considerados “pólos de irradiação fronteiriços”, que visavam assegurar a fronteira viva para a defesa nacional.

### **Parques Nacionais e Reservas Indígenas em Áreas de Fronteira**

A necessidade imperiosa de proteção das fronteiras para a defesa da soberania nacional concebida pela geopolítica brasileira vem dificultando a criação de unidades de conservação e reservas indígenas nessas regiões. A criação de parques nacionais ou qualquer outra categoria de área verde legalmente protegida em zonas de fronteira sempre foi considerada pelos militares brasileiros como uma “aventura extremamente perigosa” (CORREIA, 1973). Referindo-se ao projeto de criação do Parque Nacional do Tumucumaque, uma área de 30.845 km<sup>2</sup> situada ao longo da

---

<sup>3</sup> De acordo com a Constituição do Brasil (1988), “são consideradas terras indígenas aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.” (Art. 231, § 1º)

fronteira com o Suriname, Rocha Correia expressou o que poderia ser considerado uma visão compartilhada com os demais geopolíticos brasileiros:

*“Nós somos radicalmente contra a criação de parques e reservas florestais em áreas de fronteira, como é o caso do projeto do Parque Tumucumaque por razões geopolíticas óbvias. Nós inclusive somos a favor da redução do Parque Nacional do Iguaçu. Fronteiras não devem ser vazias em detrimento a benefícios multinacionais” (CORREIA, 1973:80).*

O Parque Nacional do Iguaçu, situado no estado do Paraná, não foi reduzido. Criado em 1936, já era um parque legalmente desapropriado e consolidado. Entretanto, a tentativa de se formar um parque bi-nacional com a Argentina (Parque Nacional del Iguazu) foi desaconselhada. Isso significaria a criação de uma entidade bi-nacional encarregada de administrar um “vazio demográfico” em uma área de fronteira internacional. Aliás, poucos programas oficiais de cooperação entre os dois parques vizinhos foram desenvolvidos e continuam a viver vidas autônomas, embora façam parte de uma mesma unidade florestal – a Floresta Atlântica Interior - *habitat* das mesmas espécies de fauna e flora. Os planos de manejo de ambos os parques foram elaborados separadamente. Curioso observar que, para os geopolíticos argentinos, com uma população nacional muito menor e, portanto, sem poder de pressão demográfica, as áreas protegidas significavam um “obstáculo natural” para frear o avanço brasileiro sob suas fronteiras (ANDERSEN, 1998).

A criação de reservas indígenas em áreas de fronteira é igualmente rechaçada pelos geopolíticos e pelas Forças Armadas do país. Para eles, falta aos indígenas o espírito de patriotismo, o sentido de soberania e defesa do Estado nacional, além de que grupos culturais minoritários são mais suscetíveis de serem assimilados por outras nações (GUIMARÃES, 1993). Outro receio, no seio das próprias Forças Armadas, era a possibilidade de desmembramentos dessas reservas do território nacional. No caso do Parque Nacional Yanomami, na Amazônia, temia-se que se transformasse numa reserva binacional, juntamente com o território Yanomami da Venezuela, ou seja, que compusesse um Estado indígena independente. Temia-se, ainda, que pudesse se transformar numa área supranacional, uma espécie de protetorado internacional das Nações Unidas. É importante lembrar que na época de sua criação, o Brasil também vivia sob os holofotes da imprensa e da opinião pública internacional pelos crescentes desmatamentos e queimadas na Amazônia. No



governo de José Sarney, as Forças Armadas conseguiram a aprovação de dois decretos presidenciais (nº. 94.945 e 94.946) que garantiam a participação do Conselho de Segurança Nacional na identificação e demarcação de terras indígenas (GUIMARÃES, 1993). O Parque Yanomami só foi criado na presidência de Collor de Mello, pelo então Secretário de Meio Ambiente José Lutzenberger, após enfrentar a forte oposição dos quartéis e discursos inflamados de alguns congressistas.

### ***Reserva Raposa Serra do Sol***

A polêmica sobre a homologação da terra indígena “Raposa Serra do Sol”, uma área com cerca de 1.747 milhão de hectares situada no estado de Roraima, pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2005, revela que a preocupação e vigilância das Forças Armadas nas fronteiras do Brasil se mantêm vigorosas. A área é habitada por aproximadamente 16 mil índios das nações Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Taurepang, Patamona e que ocupam 164 aldeias indígenas. O mapa a seguir indica a localização da Reserva.

### **Reserva Raposa Serra do Sol**



Fonte: [www.socioambiental.org/nsa/mapas/img/map\\_raposa\\_1504200.5gi/mapa](http://www.socioambiental.org/nsa/mapas/img/map_raposa_1504200.5gi/mapa)

A criação da terra indígena em áreas contíguas de fronteira foi autorizada após uma luta que se arrastou por 30 anos e tal medida foi possível graças ao Supremo Tribunal Federal que extinguiu, por decisão unânime, todos os processos e as liminares que questionavam a demarcação. A terra indígena inclui o 6º Pelotão Especial de Fronteira do Exército e o leito das estradas estaduais e federais localizadas na área. Os ocupantes não-indígenas, ou seja, alguns pecuaristas e

rizicultores deveriam ser retirados até o ano seguinte à homologação. Conflitos entre fazendeiros e índios dentro da Reserva trouxeram novamente o debate a público, em 2008.

As recentes declarações do comandante militar na Amazônia, General Augusto Heleno Ribeiro, contra a criação da Reserva Raposa do Sol não é de se surpreender. Criticando a política nacional indígena no tocante à demarcação de reservas, o general argumenta que na Amazônia Oriental encontram-se os pontos frágeis do sistema brasileiro de defesa. A criação da Reserva impediria a entrada do exército brasileiro nessa área crítica. Simultaneamente, o general aponta as deficiências do exército na região em termos de contingente, equipamentos e materiais. Dos 25.000 homens que o Exército dispõe para defender a Amazônia, 240 vigiam mais de 2.000 km de fronteira com as Guianas e o Suriname. Destes, um contingente de 17 soldados têm a missão de proteger uma faixa de 1.385 km de fronteira seca no extremo norte do Pará. Se distribuídos nesse território, caberia a cada homem vigiar 12.150 km<sup>2</sup> da região (GAZETA DO POVO, 2008, p.13).

O pronunciamento do general reflete o pensamento da caserna. No documento emitido durante o seminário “Brasil, Ameaças a sua Soberania”, ocorrido na sede do Clube Militar do Rio de Janeiro em abril de 2008, fica caracterizada a relação quando afirma “*que o presidente não se atreva a negar-lhe (ao general Heleno) o sagrado dever de defender a soberania e a integridade do estado Brasileiro (...). Caso se realize tal coação, o país conhecerá o maior movimento de solidariedade, partindo de todos os recantos deste imenso país e jamais ocorrido nos tempos modernos de nossa História*” (GAZETA DO POVO, 2008, pág. 13). Mais um episódio a revelar que o pensamento geopolítico brasileiro com quase um século de existência, e notadamente a teoria geopolítica das fronteiras, continuam incorporados à essência do discurso e do movimento das Forças Armadas Brasileiras.

### ***As Fronteiras do Prata: Itaipu Binacional***

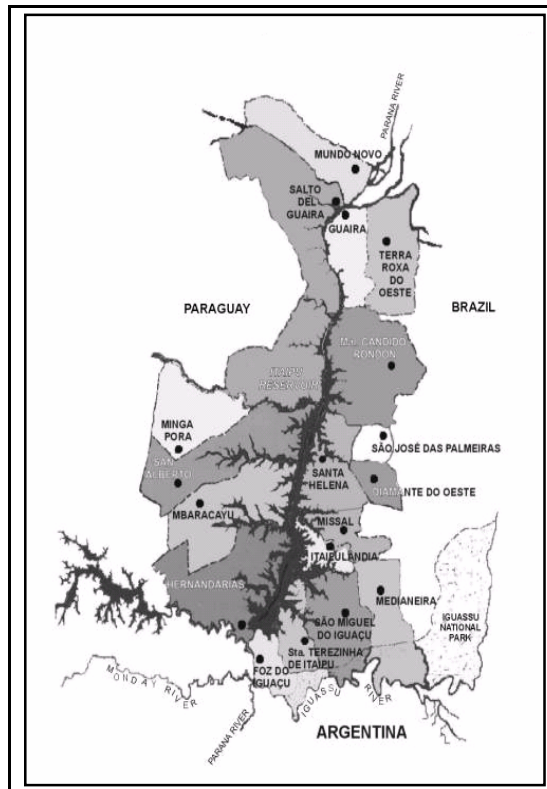
A construção do gigantesco projeto hidrelétrico da Itaipu Binacional (12.602 mW) no rio Paraná, construído durante os governos militares (1964-1985), representou mais

do que fronteiras vivificadas e/ou o fornecimento de energia elétrica para a construção do Brasil Potência. Não se tratava de uma estratégia defensiva, mas ofensiva, já que dentre seus múltiplos propósitos estavam (1) a disputa Brasil-Argentina pela hegemonia do continente sul-americano; (2) a inibição da industrialização no nordeste argentino pela redução do potencial hidrelétrico do rio Paraná à jusante da represa e; (3) o bloqueio à navegação argentina nos rios interiores da Bacia do Prata, com o inevitável impedimento do escoamento de produtos paraguaios pelo porto de Buenos Aires (TAMBS, 1979; PITTMAN, 1986; LAINO, 1974, BOSCOVICH, 1979; SCHILLING, 1981).

A complexidade das manobras geopolíticas de Itaipu requer aprofundamento. O importante é reconhecer que a construção desta gigantesca obra hidrelétrica revelou uma nova abordagem sobre o dinamismo, funcionalidade e possibilidades de uma “fronteira natural”: o rio Paraná. Mostrou que a manipulação de um rio internacional pode causar avassaladoras consequências geopolíticas, econômicas, sociais e ambientais, tanto aos países situados nas suas margens, quanto aos países localizados à montante e à jusante. O lago artificial de Itaipu, com seus 1.460 km<sup>2</sup> de extensão, alterou substancialmente o mapa desta fronteira continental, ao mesmo tempo em que se converteu numa verdadeira “bomba de água”, estimada em alguns bilhões de metros cúbicos situada acima de 6 (seis) províncias argentinas (ver mapa abaixo).

Os impactos ambientais da grande obra foram igualmente impressionantes. Além de destruir as “Sete Quedas”, de beleza singular e potencial turístico inegável, inundou estimados 625 km<sup>2</sup> de terras paraguaias e 835 km<sup>2</sup> de terras brasileiras, das quais 800 km<sup>2</sup> muito férteis, um dos solos mais ricos do interior do continente. Submergiram, também, vários sítios arqueológicos incluindo relíquias dos tempos das reduções jesuíticas guaranis. Cerca de 40.000 pessoas tiveram que ser relocadas, das quais 25.000 da margem paraguaia. As transformações urbanas das cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner (hoje, Ciudad del Leste) foram marcantes, exigindo esforços adicionais para a construção de infraestrutura em saneamento básico, habitação, abertura de novas ruas e loteamentos para atender ao “inchaço” demográfico.

## Lago de Itaipu



FONTE: Itaipu Binacional. Folheto Institucional. Foz do Iguaçu, 1986.

### ***Expansão da Fronteira: Irradiação Brasileira sobre a Costa Oriental Paraguaia***

As conseqüências da Itaipu Binacional não se medem, apenas, pela estratégia geopolítica e seus impactos ambientais numa área da fronteira, mas pela “mega irradiação fronteiriça” causada durante e depois da sua construção. Migrações massivas e a vinda de trabalhadores para erguer essa obra fenomenal acabaram por transpor a fronteira Paraná-Paraguai e ocupar terras férteis da costa oriental paraguaia que se estenderam até à região do Chaco, nos anos subseqüentes. A ocupação desse novo território, da forma como ocorreu, faz ressurgir outra definição de “fronteira” que é a utilizada para caracterizar as “frentes pioneiras” de ocupação num processo de colonização em áreas supostamente vazias de um território. Em grande parte, a costa oriental paraguaia constituía-se em terras devolutas que foram cedidas à colonização brasileira. Acordos políticos durante a ditadura militar nos dois países, a construção de rodovias, a aquisição de terras baratas e a abertura legal à

penetração brasileira, fizeram do Paraguai um “prisioneiro geopolítico do Brasil”, no entender de Laino (1974).

Em termos ambientais, a ocupação brasileira na porção leste do Paraguai contribuiu para o desmatamento da “Selva Misioneira”, também chamada de “Selva Paranaense”. De 1969 a 1976, a taxa de desmatamento foi de aproximadamente 212.000 hectares por ano. De 1976 a 1986, quando o fluxo de migrantes brasileiros aumentou na região, a taxa alcançou alarmantes 300.000 hectares anuais (GTZ, 1995). De 1986 a 1991, as taxas continuaram a se expandir e registraram 290.000 hectares por ano. Dos originais 8.805.000 hectares de florestas nativas da região em 1945, sobraram menos de 12%, em 2000 (PINAZZO, 1996). O desmatamento para o plantio da soja era o objetivo dos colonizadores brasileiros, seguindo o mesmo modelo implantado no Brasil: monocultura da soja para exportação, uso intensivo de agrotóxicos, alta mecanização, concentração da propriedade, erosão de solos, assoreamento de rios e perda de habitat da fauna nativa. O modelo agrícola aplicado no Brasil foi reproduzido no Paraguai, sem retoques, pelos 454.500 *brasiguaios*, pequenos, médios e grandes proprietários rurais e agro-indústrias brasileiras que ali se instalaram.

A renegociação do tratado de Itaipu (reajuste dos preços da energia pagos pelo Brasil ao Paraguai) e a ocupação da terra por imigrantes brasileiros - os *brasiguaios* - nos departamentos fronteiriços de Alto Paraná, Itapua, Canindeyu, Amambay, Alto Paraná, Caaguazu, Concepción e San Pedro converteram-se em plataforma política dos candidatos na disputa à eleição presidencial do Paraguai, em 2008. A vitória de Fernando Lugo, afinado com o movimento *campesino* e alas da esquerda em luta pela reforma agrária, significa uma nova fase das relações Brasil-Paraguai. Importante ressaltar que a área de maior desenvolvimento é justamente a da fronteira, pois a economia do país está baseada na receita advinda de Itaipu e na soja que domina 80% da agricultura e que é plantada, em grande escala, pelos *brasiguaios*.

### **Conclusão**

A aplicação da geopolítica das fronteiras pelo Brasil ainda se faz presente, ainda que a globalização, a internacionalização da economia mundial e a formação de blocos

econômicos venham alterando a dinâmica das fronteiras. Na região do Prata, com o advento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), firmado em 1991, o sentido de fronteira se altera. A Bacia hidrográfica do Prata, com seus 3.100.000 km<sup>2</sup> de extensão é o elo entre Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai na formação do mercado único. É ali onde a pressão sobre os recursos naturais e o ambiente se fará mais intensa dada a acentuada circulação de pessoas, capitais e produtos. É ali, ainda, onde os projetos de infra-estrutura como gasodutos, rodovias, hidrovias e pontes são e serão implantados. As fronteiras do Prata tenderão a ser as mais percorridas, exploradas, congestionadas e alteradas nos próximos anos. Da mesma forma, passará a fazer parte da agenda regional a questão do aproveitamento do aquífero guarani. Esse imenso reservatório de água, cobrindo 1,2 milhão de km<sup>2</sup>, espalhados por 500 cidades situadas na Bacia hidrográfica do Prata, onde vivem 70 milhões de habitantes, é um patrimônio compartilhado entre 4 países. A exploração do aquífero está a exigir, neste século XXI, novos mecanismos de cooperação, de relações internacionais e conservacionistas. Para os estudos geopolíticos, um novo cenário se avizinha: a chamada “geopolítica da água”. Interesses econômicos, de defesa e soberania nacional poderão se contrapor à conservação deste recurso natural vital.

No que se refere à Amazônia, cujos programas de colonização impulsionados no governo militar sob a bandeira do slogan “Integrar para não entregar”, e que também justificou a implantação do Projeto Calha Norte, a análise é de outra substância. As Forças Armadas, a FUNAI, o recém criado Instituto Chico Mendes e outras instituições afins, deverão desenhar estratégias compatíveis, mas domésticas, de modo a proteger não somente a integridade do território nacional e suas áreas de fronteira, mas também a integridade da Floresta Amazônica, seus ecossistemas e seu povo. O desafio para o século XXI parece ser a revisão de ultrapassados conceitos geopolíticos e a criação de uma nova teoria de fronteiras, melhor elaborada e que atenda a toda a complexidade e diversidade humana, ecológica e de segurança da região.

### **Referências Bibliográficas**

ANDERSEN, S. M. Geopolitics and Ecology in Brazil (1964-1985): The Effects of

Brazilian Geopolitics on the Natural Environments of Amazonia and the Plata River Basin. Tese de doutorado. Universidade de Aberdeen, Escócia, 2005.

BACKHEUSER, E. Problemas do Brasil (Estrutura Geopolítica) O Espaço. Rio de Janeiro: Editora OMNIA, 1926.

BOSCOVICH, N. Análisis comparativo: Argentina y Brasil em el Espacio Geoeconomico del Cono Sur. In Estrategia Magazine, nº 31/32, Enero/febrtero, pp. 34-60. Buenos Aires: 1975

CASTRO, T. A Formação Territorial do Brasil: Contrastes e Confrontos. Montevideú: Revista ECOSUL, Ano II, Dezembro, 1980

CAVAGNARI, G.L. Defesa com Democracia e Desenvolvimento. Revista Teoria e Debate. Nº 24. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORREIA, P.H.C. Noções de Geopolítica do Brasil. São Paulo: 3º Ed. Nobel, 1973.

GARRETSON, A., HAYTON, R., OLMSTEAD, C. The Law of International River Basins. New York: Ocean Publications, 1967.

GAZETA DO POVO, Jornal. Curitiba, 19 de abril de 2008 (página 13).

GTZ – Deutsche Gesellschaft fur Technische Zusammenarbit. Diagnóstico del Sector Florestal Paraguayo, SSERNMA e MAG. Assunción: Editora Makrografic, 1995.

GUIMARÃES, P.M. Demarcação de Terras Indígenas na Faixa de Fronteira na Constituição de 1988. Brasília: INESC, Outubro 1993.

ITAIPU BINACIONAL, Folheto Institucional. Foz do Iguaçu, 1986.

LAINO, D. Energética en el Paraguay: Fraude y Entrega. Parte II – Recursos Hidráulicos del Rio Paraná. Assunción: Oficina Gráfica Fototipo, 1974.

MACHADO, L. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. Rio de Janeiro: 2º Ed. Editora Hucitec, 1988.

MEIRA MATTOS, C. Geopolítica e Teoria das Fronteiras, Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

\_\_\_\_\_. Brasil, Geopolítica e Destino. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1992.

PINAZZO, L. Diagnóstico sobre el Estado Actual de los Ecosistemas Forestales del Paraguai. Consulta Regional del Cono Sur. San Bernardino, 1996.

PITTMAN, H.T. La Geopolítica de los Países de la ABC, Una Comparación. Revista Chilena de Geopolítica. Vol. 3, nº. 1, pp. 53-103. Santiago de Chile: 1986.

SCHILLING, P.O. Expansionismo Brasileiro. São Paulo: Global Editora, 1981.

SOARES, T. História da Formação das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

TAMBS, L. Geopolitical Factors in Latin America: Politics and Hemisphere Security. New York: Praeger, 1979.

WACHOWICZ, R. C. Paraná, Sudoeste – Ocupação e Colonização. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.